

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROCO...

FOLHA: 07

ASS: ml

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº. 40/2026.

Da autoria da vereadora Henriana Pessuto Candido Lacerda, que pretende autorização legislativa para apreciar e deliberar sobre o projeto em tela, que **“Institui o Dia da Mãe Atípica no âmbito do município de São Sebastião e dá outras providências.”**

A propositura visa instituir, no calendário oficial do município de São Sebastião, o “Dia Municipal da Mãe Atípica”, a ser comemorado anualmente no dia 9 de maio, com o objetivo de promover reconhecimento, conscientização social, inclusão e fortalecimento de políticas públicas voltadas às famílias atípicas, principalmente às mulheres que desempenham um papel fundamental e, muitas vezes, invisibilizado na sociedade.

Essas mães dedicam suas vidas ao cuidado de filhos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, doenças raras ou outras condições que demandam atenção contínua, acompanhamento especializado e suporte permanente, enfrentando desafios diários que envolvem não apenas o cuidado físico, mas também o enfrentamento de barreiras sociais, emocionais e institucionais.

Sob o aspecto jurídico, verifica-se que a matéria está inserida na competência legislativa municipal prevista no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, por tratar de assunto de interesse local, especialmente no que se refere à instituição de datas comemorativas e campanhas de conscientização no âmbito do Município.

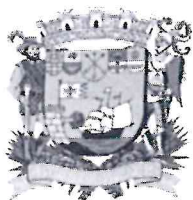
A iniciativa parlamentar revela-se legítima, uma vez que a proposição não invade competência privativa do Poder Executivo, tampouco cria estrutura administrativa, cargos públicos ou obrigações administrativas específicas que impliquem vício de iniciativa.

Observa-se, ainda, que o projeto possui caráter eminentemente educativo, social e institucional, compatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da inclusão social e da proteção à família, previstos nos artigos 1º, inciso III, 3º, inciso IV, e 226 da Constituição Federal.

Quanto às disposições constantes no artigo 4º, nota-se que as ações previstas possuem natureza autorizativa e facultativa, ao utilizar a expressão “poderá promover”, não impondo obrigação direta ao Poder Executivo, o que afasta eventual afronta ao princípio da separação dos poderes.

No tocante à técnica legislativa, o texto encontra-se redigido de forma clara, objetiva e em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 95/1998.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC.	_____
FOLHA	08
ASS.	ME

A respeito do parecer jurídico legislativo apresentado nesta Casa de Leis, o Procurador Legislativo declarou que: "A iniciativa, no que tange à legitimidade para a propositura do presente projeto de lei, se encontra formalmente legal e constitucional."

Dessa forma, a Comissão reuniu-se e decidiu emitir um parecer favorável à aprovação do projeto em questão, de acordo com o parecer jurídico legislativo, podendo prosseguir e ser votado pelo Plenário desta Edilidade, uma vez que não apresenta vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidades.

É o parecer.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2026.

Henriana Pessuto Candido Lacerda
PRESIDENTE

Diego de Castro Pereira
SECRETÁRIO

Maria Angela Laurito de Moraes
MEMBRO

APROVADO EM única DISCUSSÃO
POR unanimidade) DE VOTOS

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

26 / 05 / 26
PRESIDENTE

